

Da História e do Jornalismo: Pontes e Divergências

Carlos Alberto F. Fern. Gomes

Agosto de 2003

Conteúdo

1	Introdução	1
2	Novos paradigmas na História	3
3	O jornalista e o historiador	6
4	Alguns exemplos	10
4.1	«O caso do Conservatório Nacional»	11
4.2	A década de 1990 vista pela revista <i>Visão</i>	12
5	Conclusão	14

1 Introdução

Não tive até hoje qualquer experiência como jornalista. No entanto, entre a minha formação académica e os meus interesses pessoais, tenho-me inclinado para uma compreensão sociológica do mundo em que vivo, a qual, se for efectuada em profundidade – i.e., se for realizada considerando os diversos antecedentes da realidade analisada –, terá que possuir inevitavelmente uma componente histórica. Pessoalmente, costumo em parte definir a sociologia como a história do presente e a história como a sociologia do passado. Sei que tal definição é sem sombra de dúvida polémica – até porque cada um destes dois corpos disciplinares tem os seus próprios rituais, objectivos e códigos específicos¹ –, mas demonstra o meu gosto pessoal por tal tipo de abordagens complexas do *real*. Daí ser, dentro de certos limites, um pós-modernista convicto. Aliás, neste aspecto, o jornalismo também tem algo a ver com esta minha própria procura em torno de uma compreensão do mundo em que vivo, uma vez que este é, em certa medida, um veículo de uma ou de várias visões deste mesmo mundo. Claro que ainda há outros interesses pessoais que reflectem esta mesma procura, como é o caso da psicologia, quer seja a psicologia propriamente dita – em que o sujeito de estudo é o indivíduo –, quer seja a psicologia social – em que o sujeito de estudo é o grupo.

Sem querer com tais palavras definir o jornalismo – mais exactamente, o *Jornalismo* e não tanto o *jornalismo*² –, olho para este como sendo um espelho mediatizado do nosso conhecimento social do mundo. Ele é tanto sociológico – na medida em que nos dá a conhecer o presente –, como histórico

¹Esta não deixa de ser uma tautologia e de constituir uma simplificação das suas verdadeiras diferenças e semelhanças. Contudo, com a mesma pretendo reflectir aquilo que considero haver em comum entre estas, nomeadamente se considerarmos as correntes históricas pós-positivistas, as quais procuram, mais do que o conhecimento do facto histórico em si, a explicação e a compreensão deste mesmo facto, algo que será também comum à sociologia, se bem que o objecto de estudo desta seja o presente, ao passo que o objecto de estudo da história é o passado.

²Com este trocadilho procuro diferenciar a prática jornalística existente no nosso dia-a-dia de um conceito mais genérico e abstracto de jornalismo.

– na medida em que nos dá a conhecer o passado. A sua principal diferença em relação à história e à sociologia, para além de alguns objectivos específicos diferenciados, talvez derive da sua falta de erudição quando comparado com estas duas disciplinas científicas. Mas isso, se pode ser verdade em relação ao *jornalismo*, pode já não o ser em relação ao *Jornalismo*. Não penso que essa falta de erudição seja endémica a todo e qualquer tipo de jornalismo, mas sim a uma sociedade como a nossa em que se consome um determinado tipo de jornalismo caracterizado pelo imediatismo e pelo sensacionalismo. Mais uma vez, tal facto não será propriamente uma surpresa se olharmos de um ponto de vista simultaneamente antropológico, sociológico e psicológico para o mundo em que vivemos. De facto, considero não ser possível confundir o jornalismo que nos entra todos os dias em nossas casas – nomeadamente através da televisão – com o jornalismo em abstracto.

Tal concepção é ainda derivada de um outro traço da minha personalidade. Por princípio, sou avesso ao estabelecimento de quaisquer fronteiras delimitadas em torno de realidades socioprofissionais ou mesmo científicas. É certo que, tal como as conhecemos, as comunidades de profissionais do jornalismo e da história têm o seu próprio espaço social marcado por códigos, objectivos e ritos próprios. Mas estes não são endémicos a tais actividades, resultando antes da sua própria história que hoje, no momento presente, os configura de uma determinada forma. De facto, não gosto da imposição de fronteiras que procurem limitar a evolução destas ou de quaisquer outras actividades, pois considero que tal seria matar a própria criatividade humana, peça chave para o nosso sucesso civilizacional e cultural enquanto espécie. Não tenho qualquer problema em olhar para uma determinada configuração num momento histórico específico e comparar quaisquer duas realidades, como o são as profissões de jornalista e de historiador. Mas não me vejo a partir daí a estabelecer regras na procura de um espaço próprio, e acima de tudo exclusivo, para cada uma destas duas actividades, pois tal procedimento, para além de vir a ser muito provavelmente desmentido no futuro – o qual demonstraria que tal configuração era na verdade um produto de circunstância e não de uma natureza endémica –, poderia matar a própria criatividade humana vista por mim como um dos motores fundamentais para a evolução da nossa espécie.

Postas estas permissas, vou procurar com este trabalho fundamentar uma visão pessoal relativamente às relações possíveis de se estabelecer entre o ofício de jornalista e o de historiador. Tal fundamentação não pretende ser sob qualquer ponto de vista uma prescrição ou uma delimitação de fronteiras entre estas duas actividades profissionais. Para mim, tal tentativa só pode ser o resultado da defesa de interesses corporativos, algo a que sou pessoalmente avesso. Além disso, é preciso considerar que esta visão não deixa de ser pessoal e corresponde ao momento em que a mesma foi escrita. Tal também não significa que esta não acabe por reflectir um conjunto diversificado de ideias que não foram originariamente defendidas por mim. O que denota é que esta reflecte aquilo que eu sou neste momento, o que será sempre, entre outras coisas, o resultado de uma apropriação de diversas contribuições por mim integradas dentro de um sistema pessoal de crenças e convicções. Assim, reflectindo o meu percurso até hoje, o qual, se se quiser situar, estará mais ligado à história do que ao jornalismo, vou começar por abordar alguns dos novos paradigmas da história antes de tentar proceder a uma comparação parcial entre estas duas actividades profissionais. Por último, irei apresentar dois exemplos com os quais procurarei demonstrar algumas das ideias aqui expostas.

2 Novos paradigmas na História

Será talvez conveniente começarmos por analisar algumas das perspectivas contemporâneas de história, visto as mesmas terem evoluído de forma bastante significativa desde tempos idos até à modernidade. Bourdê *et al.* [4] fazem uma abordagem bastante mais vasta do que aquela que provavelmente nos interessará aqui para tal análise, mas entre as diversas escolas historiográficas que referem, falam, entre outras, do positivismo histórico³, da escola dos «Annales»⁴, e do estruturalismo na história. A primeira e a segunda destas três escolas talvez sejam, para o objectivo a que nos propomos, as mais importantes, pois, constituindo o positivismo histórico ainda hoje uma das visões sobre a história mais divulgadas ao nível do «senso comum», a escola dos «Annales» vai representar uma das primeiras tentativas de secundarizar o facto histórico em favor de uma maior conceptualização do mesmo. O interesse por esta ruptura epistemológica ao nível dos paradigmas historiográficos decorrerá em grande parte da possibilidade, como mais adiante veremos, de se associar a reportagem de investigação jornalística de carácter histórico aos modelos de análise historiográfica utilizados pelos positivistas, em que o facto se torna no elemento hegemónico do discurso jornalístico, quando na história o papel desse mesmo facto já tinha sido secundarizado, ao ponto deste ser praticamente imperceptível ao nível do discurso historiográfico de carácter estruturalista⁵ em voga nalguns autores da segunda metade do século XX.

Penso que uma história que se queira moderna, terá que antes do mais ter como seu ponto nevrálgico a procura do *como* e do *porquê*, ou seja, terá que visar a procura de um sentido compreensivo da história em detrimento de uma perspectiva mais clássica e positivista, segundo a qual o que interessa é o facto em si mesmo, ignorando-se que tal facto vai acabar por legitimar e ser legitimado, à falta de uma melhor razão, por uma determinada estrutura ideológica⁶. Tal processo acaba por vezes por dar ao facto histórico um carácter mítico e apologético, o qual mais não reflecte do que o modelo historiográfico associado à consolidação dos estados-nação e aos nacionalismos emergentes durante a segunda metade do século XIX e princípios do século XX por toda a Europa e que, no caso português em concreto, se caracterizou pelo modelo oficial de história seguido durante o *Estado Novo*. Este, para além de ficar prudentemente pela restauração de 1640, procurou glorificar os símbolos de uma nação portuguesa e da sua pretensa vocação ultramarina, dando azo a eventos como a comemoração do duplo centenário⁷ na Exposição do Mundo Português, realizada em 1940 na Praça do Império, em Lisboa. Tal exposição corresponderá ao momento mais alto do movimento nacionalista português, o qual pretende ser uma reacção aos mitos decadentistas da geração de setenta no pós *Ultimatum* inglês de 1890, e o qual se reflecte, entre outros, na poesia saudosista e no integralismo lusitano.

Sem se querer, por ventura, desvalorizar com isso o contributo epistemológico trazido à ciência pela obra de Auguste Comte, a crítica efectuada pelos autores da *Nova História* a uma história positivista reside talvez já em parte na crença em torno da impossibilidade do conhecimento do *real* através

³Visto por estes autores como uma das filosofias da história cujas raízes remontam ao Iluminismo.

⁴Marc Bloch, juntamente com Lucien Febvre, foram dos primeiros mentores deste movimento que ficou conhecido como *Nova História*, o qual vai se erguer contra a escola positivista então dominante ao nível do discurso historiográfico.

⁵A história estruturalista, recuando na sua génese ao *Curso de Linguística Geral* de Ferdinand Saussure e à sua transposição para as ciências históricas com Claude Lévi-Strauss e Fernand Braudel [1, cf. p. 181], e mais tarde com Michel Foucault – pensador da descontinuidade e da relação [4, cf. pp. 188-93] –, procura na sua análise os elementos invariantes no curto prazo e as suas mutações no longo prazo, i.e., no encadear de continuidades e de descontinuidades que só são observáveis numa análise que tenha por base grandes arcos temporais.

⁶Estrutura ideológica esta que é aqui vista como um filtro através do qual se processa a leitura do *real*, e a qual mais não é do que uma forma de ocultação de um interesse concreto de poder [2, cf. p. 166].

⁷Da fundação (1143) e da restauração (1640).

da observação do facto em si mesmo, pois o conhecimento histórico é por essência um conhecimento indirecto, i.e., o que o historiador conhece não é a realidade que julga conhecer através do facto que lhe é descrito pelo documento analisado, mas sim uma construção dessa mesma realidade efectuada, entre outros, pelo autor desse mesmo documento. De facto, a história positivista assenta sobre três premissas fundamentais:

- A ideia de que o documento histórico só pode ser um texto, e que este mesmo texto é quase que forçosamente um discurso onde o seu autor desenvolve uma narrativa sobre o *real*. Tal perspectiva reduz o trabalho do historiador a uma mera investigação de documentos⁸, como se de um arqueólogo se trata-se.
- A ideia de que, para além de tais textos contidos em documentos, não existe história pensável, limitando-se o trabalho do historiador a ser uma mera crítica externa e interna de tais documentos, de forma a poder conhecer a sua data, origem e autor, para além do pensamento por estes expresso e sobre a sua falsidade ou erro. Com tal processo crítico das fontes pensa-se por fim ficar a conhecer a realidade.
- A existência de dois géneros principais de história: por um lado, a *história-factual* consagrada normalmente ao recitativo político e biográfico, e, por outro, a *história-tabela* que dispõe os factos de acordo com um questionário universal, muitas vezes cronológico, como se tais factos existissem na história sem uma qualquer relação entre si.

Para além desta três premissas fundamentais, o historiador positivista acredita ainda na possibilidade de atingir a objectividade absoluta, o que será conseguido através daquilo que lhe parece ser totalmente inquestionável, i.e., através do facto histórico⁹. Contudo, o problema que surge por vezes associado a tal modelo historiográfico consiste exactamente na falta de controle da subjectividade do próprio historiador, pois, apesar de haver uma teoria do conhecimento que podemos designar de empirista, existe “...uma total incompreensão da operação científica que cria, por hipóteses e manipulações, o seu próprio objecto de análise.” [1, p. 517]. Por outras palavras: tal crença numa objectividade absoluta só é possível dada a ingenuidade do historiador que pensa ser possível abstrair-se de toda a sua subjectividade¹⁰ e relatar o objecto histórico tal como ele de facto ocorreu. Mas, ao não possuir uma metodologia que lhe permita controlar essa mesma subjectividade, acaba por ser vítima desta sem o saber.

Dentro desta problemática podemos por vezes encontrar uma visão apologética da história, como se a função do historiador fosse, para além de conhecer as coisas tal como estas se terão passado, julgar os actos deste mesmo passado. A este propósito, Marc Bloch refere que “...durante muito tempo passou o historiador por ser uma espécie de juiz dos Infernos, encarregado de distribuir pelos heróis mortos o elogio ou a reprovação.” [3, p. 161]. Com tal atitude, o historiador esquece que um qualquer julgamento só é possível de ser efectuado perante um quadro de valores – os quais são sempre de índole subjectiva –, e que com tal atitude foge à objectividade que é um dos seus

⁸Em grande parte será isso o que hoje acontece com o jornalista, se bem que a sua noção de «documento» seja ligeiramente mais alargada, incluindo, para além do discurso oral – impossível de utilizar em qualquer abordagem do passado mais longínquo, quer histórica, quer jornalística –, a imagem, elemento cada vez mais importante numa sociedade de informação mediatizada como a nossa.

⁹No entanto, e ao contrário do que defendiam os positivistas, o que o historiador realmente conhece não é o facto histórico em si, mas uma construção efectuada sobre o mesmo pelo autor do documento histórico que lhe serve de base para o seu estudo. Assim, para além da subjectividade do historiador, há ainda que considerar a subjectividade do autor de tal documento que serve de base para o estudo da história.

¹⁰E também da subjectividade dos autores dos documentos históricos por ele analisados.

primeiros desígnios. De facto, com tal postura, o historiador positivista acaba por cair na contradição gerada pelo paradoxo criado entre a sua procura de uma objectividade absoluta e a sua subjectividade projectada de forma inconsciente na sua obra, ao efectuar um acto que tem de tão humano quanto de anti-positivismo, i.e., o de julgar os factos históricos por si estudados. É certo que este não terá sido o corte epistemológico fundamental realizado pela *Nova História* em relação aos positivistas – o qual se situou antes do mais na procura de uma história que pretende explicar o facto em vez de exclusivamente o relatar –, mas este não deixa de ganhar um valor acrescido com os debates sobre a epistemologia da complexidade trazidos por Edgar Morin [12, 13] e por Boaventura de Sousa Santos [16] à arena da discussão da ciência pós-moderna.

A este propósito, George Duby afirma, numa entrevista concedida a Raymond Bellour, que “...a objectividade do conhecimento histórico é um mito” [7, p. 9]. Falando sobre o que pensa ser o papel do historiador nos dias de hoje face às inovações metodológicas introduzidas neste domínio científico, Duby refere que, apesar dos historiadores terem procurado afinar os seus instrumentos de trabalho, “a verdade (...) é que continuamos a utilizar (...) [as novas técnicas] da mesma forma que os nossos antepassados [utilizavam as deles, i.e.], ao serviço das nossas paixões e da ideologia que nos domina, (...) [pelo que] a elaboração do material é sempre feita de uma forma subjectiva.”¹¹ [7, p. 10]. Há que salientar o facto de que uma das características da ciências pós-moderna é exactamente o de reconhecer a subjectividade¹² como algo que em absoluto não nos é ultrapassável, pelo que, no *paradigma da complexidade*, há que ter em atenção o “princípio de relação entre o observador-conceptor e o objecto observado-concebido (...) [assim como à] possibilidade e necessidade de uma teoria científica do sujeito” [12, p. 255]. De facto, a pós-modernidade caracteriza-se em parte pelo abandono do mito da objectividade absoluta, reconhecendo que a mesma não é humanamente possível, pois, de uma forma ou de outra, somos sempre «escravos» das nossas paixões, mesmo que o não queiramos.

Mais recentemente, com a chamada *viragem linguística*¹³, a realidade passou a ser vista como sendo o resultado de um discurso, em vez do discurso ser o reflexo de uma realidade [8], pelo que a realidade passou a ser olhada como sendo o produto de uma construção discursiva. Assim, deixou de se considerar que existe uma única realidade, para se passar a considerar que existe um conjunto múltiplo de realidades distintas, qualquer uma tão verdadeira como as restantes, o que levou a que a realidade social e material passasse a ser analisada do ponto de vista de um ritual simbólico, ao mesmo tempo que o significado de um qualquer texto passou a ter que ser visto como estando dependente da interpretação a este dada por cada um dos seus leitores. Se bem que todas estas novas tendências, enquadradas dentro daquilo a que se poderá talvez designar de pós-modernismo, possam ser encaradas pelo seu lado mais negativo – pois as mesmas podem nos levar *in extremis* ao niilismo –, o que é certo é que estas também permitiram ao historiador encarar o seu trabalho de uma forma algo diversa, passando a poder incorporar neste, de uma forma consciente e claramente assumida, a subjectividade que esteve sempre aí presente, mesmo quando numa história positivista se tentou proceder – diga-se

¹¹O mesmo se poderá muito provavelmente dizer acerca da elaboração do material efectuada pelos jornalistas.

¹²Ou, como dizem os sociólogos, a *neutralidade*. Para estes, objectividade refere-se à metodologia utilizada, a qual, enquanto técnica que é, pode ser precisa, i.e., objectiva. Aquilo que normalmente os historiadores apelidam de *subjectividade*, os sociólogos chamam de *neutralidade*. Assim, apesar do sociólogo ser objectivo – ou seja, é capaz de aplicar de forma precisa uma determinada técnica de investigação –, este nunca é completamente neutro pois o seu ego de alguma forma se projecta sobre o seu próprio trabalho. Esta subtiliza terminológica não existe provavelmente entre os historiadores porque estes têm sido algo avessos à discussão epistemológica em torno de uma metodologia histórica. Neste aspecto, a história será talvez mais vista como uma forma de arte literária do que como uma ciência de pleno direito, apesar de esta estar incluída nas nossas universidades a par das ciências sociais e humanas.

¹³Do inglês, *linguistic turn*.

de passagem, sem grande sucesso – à sua supressão.

Destas perspectivas nasceram novas visões de história, ultrapassando-se mesmo a corrente da *Nova História* defendida pela escola dos «Annales» desde meados da primeira metade do século XX. Ao lado destas novas perspectivas surge a ideia de uma micro-história centrada na redução da escala de observação ou na contextualização não funcionalista dos discursos, atenta às contradições e à pluralidade de pontos de vista, passando por exemplo a ser possível a escrita de uma história sobre o fardamento escolar, ou a preocupação com a «pequena intriga», naquilo a que alguém já chamou de «fulanização» da história. No entanto, uma das consequências não menos importantes desta mesma *viragem linguística*, deu-se num sentido mais tradicional, ao pôr em questão a objectividade da interpretação das fontes documentais, o que levou à aceitação, com o mesmo estatuto de fonte histórica, de tudo aquilo que até aqui não era considerado – como seja, por exemplo, o caso da utilização da imagem como fonte de estudo histórico e não como mera ornamentação historiográfica –, dada a crença até então existente em relação à superioridade do texto escrito, quanto à sua objectividade, face a uma outra qualquer fonte histórica imaginável. Em parte, tais considerações emergentes com o pós-modernismo serão também aplicáveis ao jornalista, apesar deste acabar por vezes por operar como um veículo transmissor do «senso comum», o que explicará provavelmente o facto de o conceito de história por detrás de diversos trabalhos de reportagem jornalística hoje efectuados, reflectir fundamentalmente uma concepção positivista da história – i.e., centrada quase que em exclusivo na procura do facto histórico e não na sua conceptualização –, não repercutindo assim estas novas preocupações epistemológicas emergentes ao nível das ciências históricas.

3 O jornalista e o historiador

A relação entre jornalista e historiador tanto pode ser de simbiose como de concorrência mútua. Na primeira, há a ressaltar os benefícios que cada um pode obter do outro; na segunda, cada um vê o outro como uma ameaça à sua própria sobrevivência. Na primeira, o jornalista é fonte para o historiador ao mesmo tempo que o historiador dá ao jornalista os instrumentos indispensáveis para este melhor compreender o presente através do estudo do passado. Na segunda, origina-se uma defesa corporativa das esferas de abrangência de cada uma destas duas profissões, numa atitude de autodefesa perante algo que se interpreta como sendo uma ameaça externa. Há ainda uma terceira hipótese mais marginal, provavelmente não enquadrável por completo numa relação de simbiose. Esta é quando o jornalista se torna num actor importante da própria história, funcionando este como elemento essencial para a sua configuração. Isto foi, pelo menos, o que aconteceu com escândalo de Watergate, o qual levou à demissão do então 37.º presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon. Se não fosse o trabalho de Woodward e de Bernstein, então dois jovens jornalistas do *Washington Post*, provavelmente o assalto perpetrado no dia 17 de Junho de 1972 à sede do Partido Democrático nunca teria culminado na demissão do então presidente da União¹⁴.

Uma das delimitações tentadas entre os campos profissionais do jornalista e do historiador, refere que aos jornalistas compete relatar o presente e aos historiadores o passado. No entanto, quando tal delimitação foi estabelecida, esta já não era mais partilhada pelos historiadores profissionais¹⁵, os

¹⁴ *Union* é a expressão inglesa pela qual os Estados Unidos são por vezes designados a nível interno.

¹⁵ Em parte pelo facto destes se interessarem cada vez mais pelo «passado mais presente».

quais, com o advento da *Nova História*, proclamavam a morte do facto histórico, dando assim “...um sério golpe no jornalismo e na sua mania do acontecimento, acusando-o de anacronismo.” [10, p. 106]. Aliás, Paul Veyne, ele próprio historiador, tinha já afirmado que «o facto é o que fazemos ver» [10, cf. p. 106], demarcando-se assim claramente daquilo que foram as práticas dos historiadores positivistas. De facto, quando os jornalistas se tentam elevar da categoria de sub-historiadores, afirmando praticar a crítica das fontes e dos testemunhos, batendo “...os arquivos do presente com uma voracidade de paleontólogo e (...) [rendendo-se] às virtudes da história positiva” [10, p. 106], a mesma é dada como morta pelos historiadores profissionais. Provavelmente, esta assimilação efectuada entre os jornalistas e os historiadores positivistas ocorre porque, apesar do paradigma epistemológico em que se inserem as práticas do historiador ter mudado a partir da primeira metade do século XX, o que é certo é que ainda hoje o conceito de história existente ao nível do «senso comum» encara o facto como sendo o cerne de todo o interesse histórico. A história é assim ainda vista como sendo uma colecção de factos do passado. Desta forma, não é de estranhar que, quando os jornalistas pretenderam atribuir a si mesmos um estatuto científico, comparando-se com os historiadores, o tenham feito não com o historiador dos seus tempos, mas com aquele que correspondia ao seu imaginário colectivo, i.e., com o historiador positivista. Apesar disso refira-se que, tal como o jornalismo, a história não se faz sem factos. A questão, no entanto, é que a história – e quem sabe se no futuro o mesmo não virá a suceder com o jornalismo ou se isso já não se encontra neste em estado embrionário – não pode ficar só pelo facto, o qual tende a esconder algo de muito mais significativo e que só é alcançável através de um trabalho de conceptualização realizado em seu torno.

Um outro problema que se coloca é a utilização dos média como fonte para a histórica. Isto é particularmente pertinente em relação à história contemporânea, para a qual, uma das fontes largamente disponível são os jornais e outro tipo de periódicos que se publicaram regularmente desde o século XIX, e, mais recentemente, a rádio e a televisão. No entanto, tal como para qualquer outra fonte histórica, não se pode partir do princípio que tudo o que vem nestes relatado é verdadeiro. Pelas mais diversas razões, os média induzem, consciente ou inconscientemente, em erro os seus leitores/espectadores. Por exemplo, no *Actualidades* de 28 de Agosto de 1965, num artigo intitulado «Mais professores do que alunos... A inutilidade do Conservatório Nacional que não cumpre a missão a que foi destinado», é referido que João Villaret concluiu nesta escola o seu curso de teatro com apenas 13 valores, ao passo que uma aluna de nome Maria Brazão, então desconhecida, teria concluído nesse mesmo ano lectivo de 1930/31, este mesmo curso com 19 valores. Acontece que tais factos são manifestamente falsos. Não só João Villaret concluiu no ano lectivo de 1930/31 o curso de teatro do Conservatório Nacional com a classificação final de 18 valores, como nesse mesmo ano não se encontrava inscrita qualquer aluna de nome Maria Brazão¹⁶. Mas sejamos honestos. Este problema de falsidade não surge só com os média. De facto, muitas das outras fontes documentais utilizadas pelo historiador são também passíveis de conter erros idênticos a este, quer por desleixo ou descuido, quer por acção deliberada em se ocultar uma determinada realidade. Daí a indispensabilidade da crítica das fontes, independentemente destas serem um jornal, um documento das autoridades políticas e/ou administrativas, ou outro.

Um outro problema que pode estar relacionado com este, é que os média tendem talvez mais a

¹⁶Tais factos podem ser constatados através de uma consulta ao arquivo do Conservatório Nacional depositado no Núcleo de Informação e Documentação Histórica da Secretaria-Geral do Ministério da Educação, sito na Escola Secundária de Marquês de Pombal, em Belém (NIDHSGME, Iv. A725-7, *Matriculas da secção de teatro*, L.ºs 1 a 3).

amplificar as correntes de opinião pública do que as influenciar [17]. A ser verdadeira tal pretensão, a análise de tais correntes tornar-se-ia numa rica fonte para o estudo da história contemporânea, nomeadamente das realidades sociais subjacentes à emergência e dominação de tais correntes de opinião, e à forma como estas podem ajudar a explicar determinados contextos e acontecimentos. Tal ideia equivale a dizer que os média são um reflexo da sociedade onde se inserem, pelo que estes podem constituir uma porta de entrada para o estudo histórico e sociológico da mesma. Fernando de Sousa [17] avança mesmo com um conjunto de postulados gerais que poderão servir como pistas a utilizar na crítica da imprensa enquanto fonte para o estudo da história contemporânea, apesar de estas estarem muito provavelmente incompletas, tendo que ser adaptadas a cada uma das situações concretas a que as mesmas sejam aplicadas. Não sei se estarei totalmente de acordo com Alfred Zimmern quando este afirmava, em 1929, que “...é preciso mais conhecimento crítico e mais prudência para ler os jornais contemporâneos e discernir a verdade sobre o estado geral do mundo, num certo momento, do que para ler um documento antigo.” [17, p. 5]. Talvez tal seja verdade por um se reportar ao presente e o outro ao passado¹⁷. Mas penso que a regra de ouro, neste e em outros casos, é a triangulação das fontes, i.e., o procurar a confirmação dos mesmos factos em fontes diversas e independentes entre si.

Segundo António Reis [14], a «concorrência» de campos de trabalho entre jornalistas e historiadores, a existir, pode ser perspectivada em função de cinco eixos distintos de abordagem, a saber: (1) objectos ou domínios de trabalho de cada um, nomeadamente quanto aos critérios por estes utilizados na selecção dos factos e o lugar que o *acontecimento* desempenha para cada um deles; (2) a metodologia adoptada por uns e por outros; (3) as proximidades e especificidades das respectivas linguagens; (4) a função e o prestígio social de cada um; e (5) os contributos recíprocos que podem beneficiar uns dos outros¹⁸. Por outro lado, salienta a ideia de que “...a tradicional distinção entre passado e presente deixou de ser operacional para diferenciar os domínios de actuação do historiador e do jornalista.” [14, p. 136]. De facto, tanto o historiador pode deitar o seu olhar sobre o «passado mais presente», como o jornalista por vezes sente a necessidade de deitar um olhar sobre o «passado mais passado», nem que seja para melhor fundamentar uma abordagem sobre uma notícia relativa ao presente. Desta forma, o factor temporal deixa de constituir uma distinção fundamental entre estas duas categorias socioprofissionais. No entanto, o mesmo autor sustenta que o olhar que cada um deles deita para o passado e para o presente é destinto, podendo talvez aí residir uma das suas diferenças. É que, “...enquanto que o historiador parte duma atitude *selectiva* dos *factos essenciais que potenciam consequências significativas a prazo* (...), o jornalista parte duma atitude *selectiva* apenas do que nesse todo se apresenta com carácter de *novidade* e *interesse geral imediato* para o grande público consumidor do presente” [14, p. 137]. Haverá, assim, uma abordagem distinta desse mesmo presente e passado, em função de objectivos que no historiador são diversos do jornalista.

Uma outra distinção possível de se estabelecer entre o trabalho realizado por uns e por outros, reside no diferente enquadramento interpretativo dado aos factos abordados, em que os jornalistas convivem melhor com o caos do que os historiadores. Na realidade, para o historiador é indispensável a procura de uma ordem no caos aparente dos factos, ou seja, a razão última por detrás de um qualquer

¹⁷Uma maior proximidade tende a originar um maior envolvimento emocional, o que pode toldar tanto a objectividade do historiador como a do jornalista. Neste domínio, para além do critério temporal, torna-se ainda necessário considerar o tipo de documento e a forma como este se relaciona com a realidade que é suposto retratar.

¹⁸Aqui, António Reis [14] abandona uma perspectiva concorrencial para valorizar a simbiose que pode obter-se entre o trabalho dos jornalistas e dos historiadores. Penso que esta será de longe a perspectiva mais «saúdável» de se encarar a relação possível de estabelecer entre estes dois campos de actividade profissional.

acontecimento ocorrido no passado, e simbolizado por esses mesmos factos. Aliás, os factos acabam mesmo por ser, por vezes, a capa com que a história se nos apresenta, escondendo atrás de si outros factos e acontecimentos mais importantes e que provavelmente passariam despercebidos ao olhar do jornalista, mais preocupado com o aspecto superficial destes do que com a sua profundidade. Tal não lhes tira qualquer mérito no desempenho da sua função jornalística. O que acontece é que o nível de abordagem pedido pela sociedade ao jornalista é destinto daquele que se espera de um historiador – nem que seja por este último estar inserido numa comunidade científica –, o que justifica esta mesma diferença. Em resumo: enquanto que do jornalista se espera que privilegie a descrição dos elementos da conjuntura e do particular, ao historiador pede-se que centre os seus esforços na compreensão da estrutura e do global.

Uma outra distinção possível de se estabelecer entre estas duas categorias socioprofissionais, reside nas respectivas metodologias de trabalho, onde o historiador se destaca do jornalista pela sua atitude conceptualizante, ou seja, em que este, através de modelos e conceitos anteriormente já desenvolvidos no âmbito das ciências sociais e humanas, procurar interpretar os factos por si estudados. Tal não quer dizer que o jornalista não tenha também uma preocupação no sentido de interpretar esses mesmos factos. O que acontece é que, nesta sua interpretação, ao jornalista falta a bagagem de conceitos teóricos utilizada pelos historiadores, fazendo com que a mesma seja mais o reflexo de um «senso comum» – ou de «paixões» e de «concepções ideológicas» que tendem a moldar a sua visão do mundo –, do que de uma análise interpretativa cuidada no sentido de se eliminar tanto quanto possível os elementos subjectivos nesta contidos. Para além disso, o nível de profundidade procurado na interpretação efectuada por historiadores e por jornalistas é distinto. Aos primeiros, as regras científicas exigem-lhes a utilização de um dispositivo crítico e conceptual muito mais cerrado do que aos segundos. Não é novidade ver jornalistas, no momento em que entrevistam «especialistas» numa determinada matéria, requererem que estes respondam às suas questões numa linguagem bastante simples – de modo a que público os entenda –, sem compreenderem que tal simplificação pode por vezes resultar numa deturpação da análise de carácter mais sério e científico que seria à partida requerida e consubstanciada no convite efectuado a estes mesmos «especialistas» para aclararem alguns aspectos suscitados pela notícia dada.

Contudo, apesar desta profunda diferença entre o método historiográfico e o método jornalístico, tal não significa que não existam quaisquer pontos de contacto entre estas duas actividades socioprofissionais. De facto, António Reis [14] refere existir uma aproximação entre estas em dois momentos que designa por «formais»: o *momento imaginativo* e o *momento comunicativo*. O primeiro corresponde à “...aventura exploratória no terreno da investigação dos factos (...) [a qual exige] idêntica perspicácia e habilidade na interrogação e na busca de indícios significativos”; a segunda, é o momento “...do discurso escrito que, em ambos os casos, deve obedecer a parâmetros de rigor, isenção, clareza, sobriedade e simplicidade.” [14, p. 140]. Tais considerações não deixam de fazer todo o sentido pois, para além da imaginação e da criatividade necessária à construção de um qualquer objecto, mesmo que não artístico¹⁹, a correcção e a simplicidade na comunicação são indispensáveis à eficácia e à eficiência na transmissão das nossas ideias. Mesmo do ponto de vista psicológico, poder-se-á aventar a hipótese que os pertenciosismos e, por vezes, o vício de um certo academismo, podem não

¹⁹Pode-se dizer que sem esta capacidade criativa ainda hoje viveríamos na pré-história. Toda a evolução, mesmo a evolução científica, deve-se antes do mais a esta nossa capacidade criadora. É esta que está por detrás do nosso espírito de inovação constante que nos deixa permanentemente inquietos na procura de algo de novo e até aí inexistente.

ser mais do que uma máscara para a nossa própria insegurança. Para além disso, não se deve esquecer que a ciência, e também o próprio jornalismo, dependem antes do mais da nossa capacidade de transmissão de ideias e convicções, resultado das nossas pesquisas científicas, jornalísticas, ou outras. Tal deve-se, antes do mais, ao facto de sermos uma espécie eminentemente social.

Quanto ao seu prestígio, tipo de poder e relação com o poder que o historiador e o jornalista detêm nos nossos dias, se os primeiros gozam de um certo declínio mais acentuado junto do poder político²⁰, os segundos gozam de um prestígio crescente junto da população em geral. Mas, ao contrário do que por vezes o público em geral tende a acreditar, estes nem sempre são tão isentos quanto se possa pensar. Não só assistimos a novas formas de censura – hoje talvez mais ditadas pelo poder económico do que pelo poder político –, como a tentação no sentido de se manipular o conteúdo dessa mesma informação por parte do poder político ainda hoje não desapareceu na sua totalidade. Há pouco mais de uma década, quando a RTP ainda detinha o monopólio das emissões televisivas em Portugal, consta que havia um certo ministro que interferia no alinhamento do telejornal, o que demonstra restos de uma certa promiscuidade entre o poder político e o jornalismo que não é de salutar. Contudo, quando hoje tal interferência já não é efectuada directamente pelo poder político, então o poder económico está aí para a exercer. Por exemplo, durante a recente guerra do golfo, os média norte-americanos terão abafado as vozes daqueles que expunham uma das verdadeiras razões que levavam a administração Bush a estar tão sequiosa de entrar em guerra com o Iraque. Tal nada tinha a ver com as pretensas armas de destruição maciça que teimam em não aparecer. Na realidade, uma destas razões teria a ver com a ameaça de abandono do padrão dólar a favor do padrão euro no pagamento do comércio internacional de petróleo, o que, a acontecer, determinaria de imediato uma perda de 20 a 40% na valorização da moeda norte-americana [6].

Penso que não devemos encarar a relação entre jornalistas e historiadores como uma relação concorrencial. Não só isso demonstra o medo que cada um pode ter em relação ao outro no sentido de que este ocupe aquele que tem sido até hoje o seu lugar na sociedade – o que mais não é do que uma defesa de interesses corporativos –, como o estabelecimento de fronteiras estanques a cada uma destas actividades pode ser de futuro mais prejudicial do que benéfico ao seu desenvolvimento. Cada um tem a ganhar dos contributos que o outro lhe possa dar. E não nos esqueçamos: o que cada um é não deixa de ser o produto de uma determinada configuração social resultante da sua própria história, pelo que as suas diferenças e semelhanças, mais do que estarem em algum momento fixadas, são antes o produto de uma constante «negociação» entre os espaços de actividade de cada um. De facto, estas são contingenciais e o resultado de uma constante construção realizada pela sociedade em seu torno

4 Alguns exemplos

De seguida vou proceder à análise de dois exemplos²¹ com os quais pretendo ilustrar algumas das considerações atrás efectuadas. Começarei por abordar um conjunto de artigos publicados pelo jornal *O Século* durante a segunda metade da década de cinquenta – os quais têm como alvo o Conservatório

²⁰Basta a este propósito observar os actuais discursos «utilitaristas» de tendência neo-liberal, os quais procuram secundarizar as ciências do conhecimento social e humano em benefício das ciências exactas. Assiste-se a tal discurso não só ao nível do nosso sistema de ensino, como também ao nível das próprias políticas de financiamento da investigação científica. Daí que as ciências sociais e humanas acabem por ser o parente pobre da investigação científica, o que não deixa de ser o reflexo de alguma falta de prestígio social destas na nossa sociedade contemporânea.

²¹Por uma questão de diversidade e de riqueza na explanação apresentada, não considero aqui os outros dois exemplos incluídos no ponto anterior relativos ao *Actualidades* de 28 de Agosto de 1965 e às motivações económicas que terão estado por detrás da segunda Guerra do Iraque.

Nacional e, em especial, o seu director, Dr. Ivo Cruz –, concluindo com a edição comemorativa da última década do século XX, publicada juntamente com a revista *Visão* n.º 531, de 8 de Maio de 2003.

4.1 «O caso do Conservatório Nacional»

Apesar de, durante a década de quarenta, o jornal *O Século* ter contribuído para a mobilização das estruturas da União Nacional, nomeadamente aquando da Exposição do Mundo Português, na década seguinte, com o recrudescer da oposição ao Estado Novo, começa a revelar alguns indícios de ambiguidade face à continuação do regime. Tal atitude vai-lhe mesmo valer, entre outras coisas, o seu afastamento da organização da Feira Popular, entre 1948 e 1950, só retomado em 1951 [15, cf. pp. 35-6].

Tal enquadramento pode ajudar a explicar um conjunto de artigos publicados por este jornal²² durante a segunda metade da década de cinquenta – genericamente intitulados «O caso do Conservatório Nacional»²³ –, os quais visam de uma forma directa, para além da instituição em si, o então seu director, Dr. Ivo Cruz. Nestes são defendidas essencialmente três teses:

- Que a diminuição da frequência escolar da secção de música do Conservatório Nacional, ocorrida logo a partir do ano lectivo de 1930/31, se deve à «incompetência» do seu corpo docente;
- Que tal estado de coisas é consequência do facto de o recrutamento do pessoal docente deste Conservatório ser efectuado por meio de convite – sancionado pelo respectivo ministro da tutela –, e não por concurso público;
- Que a culpa por tal situação se deve, antes do mais, à reforma operada pelo Decreto n.º 18881, de 25 de Setembro de 1930, à qual se imputam também responsabilidades pelo decréscimo de alunos verificado na secção de música deste Conservatório.

Contudo, após uma análise aprofundada de cada uma destas três teses, verifica-se que nenhuma delas tem, na realidade, verdadeira razão de ser. Por um lado, o decréscimo de alunos sentido nos cursos de música deste Conservatório – mas não nos seus cursos de teatro, os quais mantêm um número de alunos mais ou menos estável²⁴ –, parece ser de carácter estrutural e não conjuntural, ficando-se antes a dever a mutações ocorridas ao nível dos factores que determinam a procura deste tipo de formações artísticas²⁵. Quanto ao recrutamento do respectivo corpo docente por meio de convite ao invés de concurso público, não só Viana da Mota²⁶ já tinha publicamente defendido tal procedimento ainda antes

²²Os artigos aqui referidos foram publicados pelo jornal *O Século* nas seguintes datas (esta relação não é de todo exaustiva): 2 de Julho de 1956; 6 de Novembro de 1958; 30 de Novembro de 1958; 14 de Dezembro de 1958; 21 de Março de 1959; 14 de Abril de 1959; 24 de Abril de 1959; e 25 de Abril de 1959. Esta polémica teve ainda eco em alguns outros jornais e periódicos.

²³A este propósito, pode-se consultar a caixa 48 do espólio referente ao Dr. Ivo Cruz, depositado na Biblioteca Nacional, e no qual surge diverso material relativo a este episódio, constituído sobretudo por recortes de jornal, nomeadamente do jornal *O Século*.

²⁴A este propósito, é curioso verificar o que o actor Rogério-Paulo afirma num artigo intitulado «Continua a ser urgente reformar o Conservatório», publicado no jornal *O Século* de 30 de Novembro de 1958. De facto, demonstrando desconhecer a inexistência de uma diminuição do número de alunos inscritos na secção de teatro deste Conservatório, vai escrever o seguinte: “O que se ensina nas aulas [da secção de teatro] é arcaico e cheira a «mofo» – O programa-base é o mesmo de 1913 – O que sabem os alunos de pintura, de poesia, de literatura, de música? – Nada. – Alunos «legalmente actores» que só representaram duas ou três vezes. (...) Mas alguém duvida que se no Conservatório realmente se aprendesse, se os programas fossem actuais, se os horários fossem escolhidos a horas convenientes, se os cursos tivessem interesse actuante, que faltariam alunos?”.

²⁵Observando a distribuição do número total de alunos matriculados por sexo nos cursos de música deste Conservatório entre os anos lectivos de 1840/41 e 1960/61 [9, cf. pp. 63-4], verifica-se que, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX, assiste-se a um enorme acréscimo, seguido de igual decréscimo, no número de alunos matriculados nestes cursos. No entanto, toda esta variância é obtida exclusivamente à custa dos alunos do sexo feminino, uma vez que o número de alunos do sexo masculino tende a se manter mais ou menos constante ao longo de todo o período de tempo aqui considerado. Tal indicia, de facto, uma clara alteração ao nível dos factores de procura deste tipo de formação, alteração esta que se encontra relacionada com a emergência de uma educação feminina burguesa – da qual fazia parte o aprender a tocar piano – que entra em declínio com o aparecimento da rádio no início dos anos trinta.

²⁶José Viana da Mota é director do Conservatório Nacional de Música entre 1919 e 1938, ano em que se reforma por atingir o limite de 70 anos de idade. Nesse mesmo ano é nomeado o Dr. Ivo Cruz para o suceder, o qual irá permanecer neste cargo até 1971.

de ser nomeado director deste Conservatório, como é, independentemente do que a lei diz, o procedimento efectivamente utilizado antes e depois para a contratação de muitos dos professores desta instituição. Por exemplo, nem Luís de Freitas Branco, nem José Viana da Mota, fizeram qualquer tipo de concurso para o provimento em lugar do quadro deste Conservatório, tendo antes sido nomeados pelo respectivo ministro da tutela com base no seu mérito artístico. Por último, a imputação de culpas à reforma de 1930 – nomeadamente, tentando-a perspectivar como uma contra-reforma do Decreto n.º 5546, de 9 de Maio de 1919 –, é no mínimo difícil de compreender quando o próprio Viana da Mota é simultaneamente co-autor de ambas as reformas em causa, i.e., dos Decretos n.ºs 18881, de 25 de Setembro de 1930, e 5546, de 9 de Maio de 1919 [9, cf. pp. 127-34].

De facto, estamos aqui perante uma situação de comprometimento «político» de um jornal. É preciso não esquecer que, se por um lado, nesta década de cinquenta, o jornal *O Século* parece se inclinar no sentido da oposição ao Estado Novo, Ivo Cruz, integralista e monárquico convicto desde a sua juventude, vai-se manter até ao fim ao lado do regime que o nomeou para director deste Conservatório. Tal *décalage* poderá mesmo justificar o posicionamento assumido por este jornal. No entanto, uma outra possibilidade ainda se levanta. Esta consiste no eventual aproveitamento de um momento propício por parte daqueles que eram rivais de Ivo Cruz, nomeadamente por este ser o director do Conservatório Nacional, cargo então considerado de alto prestígio. Uma destas possibilidades é constituída por Frederico de Freitas²⁷, o qual alimenta uma rivalidade muito pessoal com Ivo Cruz desde o início dos anos trinta. Tais comentários demonstram ainda um outro aspecto a que o jornalismo tem-se mostrado permeável e que, em princípio, a história deverá ser imune: a sua utilização como arma de arremço em guerras particulares originadas por intrigas e invejas pessoais. Será essa também uma das diferenças entre o jornalismo e a história?

4.2 A década de 1990 vista pela revista *Visão*

Já em pleno século XXI e na esteira daquilo que vem sendo hábito em alguns órgãos de comunicação social, a revista *Visão* publicou, juntamente com a sua edição de 8 de Maio de 2003, um suplemento²⁸ no qual passa em revista a última década do século XX. Este encontra-se dividido em cinco rubricas – ver tabela na página seguinte –, a saber: (1) «Como éramos... como somos»; (2) «Os acontecimentos»; (3) «O novo»; (4) «Há dez anos, na visão»; e (5) «O que não devia existir». Verifica-se-se que nestas existe um grande ênfase dado aos acontecimentos ocorridos ao longo da década retratada²⁹, o que decalca os princípios epistemológicos por detrás de uma história positivista. Para além disso, os critérios aqui utilizados na selecção dos acontecimentos retratados são provavelmente mais de carácter mediático do que de interesse histórico. É certo que a esta distância tão curta, é nos difícil prever quais destes irão ser estudados daqui a umas décadas pelos historiadores. No entanto, apesar de alguns não irem cair, muito provavelmente, no esquecimento³⁰ – nem que seja pelo seu impacto estrutural no fluir da história –, outros irão constituir meros *fait divers*, mais ou menos pitorescos, do

²⁷Por exemplo, o artigo publicado no jornal *O Século* de 14 de Dezembro de 1958 criticando o Conservatório Nacional e, indirectamente, o seu director, assume claramente ser o resultado de um depoimento prestado pelo maestro Frederico de Freitas.

²⁸Este insere-se na comemoração dos dez anos da revista *Visão* cujo primeiro número foi publicado em 1993.

²⁹Repare-se que a rubrica com o maior número de páginas intitula-se «Os acontecimentos» – com 27 páginas, logo seguida da rubrica «O novo», com 24 páginas, também de carácter fundamentalmente factual –, o que não deixa de ser significativo quanto à concepção de relato histórico por detrás deste suplemento. Aliás, esta concepção factual estende-se mesmo aos conteúdos de outras rubricas, como, por exemplo, em «Os empregos também se abatem» ou em «Ilídio Matos, o português tranquilo», este último mais dentro de um estilo biográfico.

³⁰Por exemplo, sejam quais forem as razões por detrás do seu futuro interesse histórico, o atentado às *Twin Towers* de 11 de Setembro de 2001 ficará de certeza para a história.

Tabela 1: Conteúdo da «Edição Comemorativa 10 Anos em Revista» publicada juntamente com a revista *Visão* n.º 531, de 8 de Maio de 2003.

Rubricas	Conteúdo
	<p>Linha Directa pág. 6 (Total de 1 página)</p>
Como éramos... Como somos – As mudanças da década	<p>Em Portugal pág. 8 No Mundo pág. 10 Ensaio – Deriva Cultural, por Eduardo Lourenço pág. 12 (Total de 6 páginas)</p>
Os acontecimentos – Os momentos que marcaram os últimos dez anos	<p>O Buzinão da Ponte, por Pedro Abrunhosa pág. 16 Diana, a princesa descalça, por António Mega Ferreira pág. 18 Expo 98, aos olhos dos outros, por Marcelo Rebelo de Sousa pág. 20 Um Nobel para Saramago, por José Luís Peixoto pág. 22 A guerra no Kosovo, por José Cutileiro pág. 24 Timor, o Oriente do Oriente, por Manuel Alegre pág. 26 O mito de Amália, por Vasco Graça Moura pág. 28 A ponte da tragédia, por Manuel António Pina pág. 30 <i>Twin Towers</i>, janelas sobre o mundo, por António Monteiro pág. 32 Angola, a paz não disse futuro, por Pedro Rosa Mendes pág. 34 Iraque, risco e oportunidade, por José Miguel Júdice pág. 36 Ensaio – Bloqueio em movimento? por Boaventura de Sousa Santos pág. 38 (Total de 27 páginas)</p>
O Novo – Tudo o que revolucionou as nossas vidas entre 1993 e 2003	<p>Internet, a nova Babel pág. 44 <i>Reality shows</i>, a era da realidade pág. 56 Imigrantes, o paraíso prometido pág. 60 Telemóvel, o melhor amigo do homem pág. 64 Ensaio – Dez anos da evolução do mundo, por Diogo de Freitas do Amaral pág. 68 (Total de 24 páginas)</p>
Há dez anos, na <i>Visão</i> – O que aconteceu aos protagonistas das nossas histórias	<p>Viver sem medo pág. 72 Profeta e sobrevivente pág. 74 O cientista que gosta de pássaros pág. 76 Ilídio Matos, o português tranquilo pág. 78 Ensaio – Democracia e Universidade, por José Saramago pág. 82 (Total de 11 páginas)</p>
O que não devia existir – Três faces do Portugal que dispensávamos em 2003	<p>Os empregos também se abatem pág. 84 Atentados ao betão pág. 88 Opinião – Território e cidadania, por Helena Roseta pág. 92 Um mundo mal amado pág. 94 Ensaio – Um mundo outro, por Maria de Lourdes Pintasilgo pág. 98 (Total de 12 páginas)</p>

Observações:

1. O número total de páginas aqui indicado por rubrica exclui aquelas que são exclusivamente ocupadas por publicidade.
2. Os títulos dos conteúdos são aqueles que constam do respectivo índice deste suplemento e não os que surgem no topo dos artigos referenciados. Por exemplo, o conteúdo que no índice vem intitulado «*Twin Towers*, janelas sobre o mundo», surge na página 32 com o título de «O fim da inocência».

nosso passado.

Um outro aspecto importante a observar neste suplemento, consiste nos autores dos diversos conteúdos incluídos em cada uma destas cinco rubricas, os quais não são nem jornalistas nem historiadores, mas sim figuras conhecidas da nossa sociedade. Para além dos ensaístas já habituais em alguns outros números da revista *Visão* – como o são António Mega Ferreira, Boaventura de Sousa Santos, Eduardo Lourenço, ou Maria de Lourdes Pintasilgo –, o interesse na sua escolha dá-se, não tanto porque tenham sido testemunhas directas nos acontecimentos relatados, mas sim porque são nomes mediáticos conhecidos do grande público³¹. Por exemplo, um Marcelo Rebelo de Sousa – comentarista habitual do Jornal Nacional da TVI, aos domingos –, Pedro Abrunhosa – músico –, Vasco Graça Moura – escritor –, José Miguel Júdice – bastonário da ordem dos advogados –, ou mesmo Diogo de Freitas do Amaral – professor universitário e ex-presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas –, são nomes sobejamente conhecidos do grande público, o que leva ao interesse na leitura das suas palavras uma perspectiva associada à curiosidade pelo que estes têm a dizer sobre acontecimentos que, de uma forma ou de outra, todos nós vivemos. Na realidade, se estivessemos perante uma publicação de carácter científico – nomeadamente, histórico –, apesar de podermos assistir à publicação de obras colectivas, o que é certo é que a escolha dos autores de cada um dos conteúdos aí incluídos responderia antes do mais a critérios de pertinência científica e de natureza académica, sendo provavelmente a esmagadora maioria dos seus autores desconhecida do grande público.

Um outro aspecto até aqui ainda não referenciado, mas talvez pertinente, prende-se com a apresentação gráfica utilizada neste suplemento. Este não será por ventura um elemento essencial, ou sequer relevante, na distinção que se possa operar entre o trabalho efectuado pelo jornalista e o trabalho efectuado pelo historiador. Contudo, também é verdade que, por razões de contingência relativas à estrutura económica por detrás de cada uma destas duas actividades profissionais, o trabalho do jornalista – tal como hoje o conhecemos – está muito mais dependente da utilização de um aspecto gráfico atraente do que o trabalho do historiador, o qual se destina em grande parte aos seus colegas de profissão ou, pelo menos, a um público bastante mais restrito. É certo que já hoje, em algumas obras de divulgação científica, encontramos um cuidado acrescido na sua concepção gráfica, de forma a torná-las mais atraentes ao público em geral. No entanto, não tendo este tipo de obras estado até aqui tão dependente do seu consumo por parte de um grande público como está por certo o trabalho do jornalista, esta não tem sido uma questão propriamente premente para os historiadores. De facto, a quase totalidade do seu esforço é direccionado para a investigação e não tanto para a divulgação, a qual segue moldes que, do ponto de vista das ciências da comunicação, poderão ser considerados pouco eficazes na atracção de um grande público.

5 Conclusão

Este trabalho foi uma viagem que tentou percorrer uma ponte situada entre o jornalismo e a história. Tal não deixa de ser um desafio que só parcialmente ficou aqui respondido. Contudo, verificou-se as diferentes naturezas de cada uma destas duas actividades profissionais, sem com isso se escamotear o muito que ambas têm a ganhar de uma relação de colaboração entre si. De facto, o jornalista é fonte

³¹É amplamente sabido que um nome conhecido vende muito mais do que um nome desconhecido, isto independentemente daquilo que cada um tenha a dizer sobre o mesmo assunto.

para a história, e a história ajuda o jornalista a deitar um outro olhar sobre o presente através do estudo do seu passado.

Há sem dúvida diferenças mais que evidentes entre a actividade profissional do jornalista e a actividade profissional do historiador, nem que sejam aquelas que são derivadas das contingências emergentes do seu próprio percurso histórico. No entanto, há também algumas aproximações, em parte reforçadas por uma busca de um estatuto científico por parte do jornalismo. Tal atitude responde, antes do mais, a uma necessidade de reconhecimento social desta profissão ao considerar a história como um paradigma a imitar. Mas também vimos que a concepção de história utilizada nesta aproximação, deriva de um «senso comum» que já não é aquele que os historiadores hoje reconhecem como sendo o seu. Na realidade, penso que a questão não deverá tanto ser posta no imitar, mas no complementar-se, pois se assim não for, o jornalismo será sempre um parente pobre da história. Ambos dão-nos um conhecimento do mundo, diferente entre si, mas por isso mesmo complementar um do outro. Acredito que é nesta diferença que reside toda a sua riqueza, nomeadamente se esta for potenciada através da procura de pontes de colaboração entre estas duas profissões.

Referências

- [1] AAVV (1990) [ed. francesa, 1978]. *A Nova História*. Coimbra: Almedina.
- [2] BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas (1998) [ed. inglesa, 1966]. *A construção social da realidade* (16.^a ed.). Petrópolis: Editora Vozes.
- [3] BLOCH, Marc (1997). *Introdução à História*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- [4] BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé (1990) [ed. francesa, 1983]. *As escolas históricas*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- [5] CARBONELL, Charles-Olivier (1992) [ed. francesa, 1981]. *Historiografia*. Lisboa: Teorema.
- [6] CLARK, William (2003). *The real reasons for the upcoming war with Iraq: A macroeconomic and geostrategic analysis of the unspoken truth*. Independent Media Center³².
- [7] DUBY, Georges (1994). O historiador, hoje. In Ariès, Duby e Le Goff, *História e Nova História* (3.^a ed.). Lisboa: Teorema, pp. 7-21.
- [8] FRAGO, Antonio Viñao (1996). Lenguaje y realidad: El discurso histórico y su aplicación al ámbito histórico-educativo. *Anales de Pedagogia*, **14**, pp. 157-214.
- [9] GOMES, Carlos Alberto F. Fernandes (2002). *Discursos sobre a «especificidade» do ensino artístico: A sua representação histórica nos séculos XIX e XX*. Dissertação de mestrado em Ciências da Educação, área de História da Educação, apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- [10] KRAVETZ, Marc (1994). Os jornalistas «fazem» história. In Ariès, Duby e Le Goff, *História e Nova História* (3.^a ed.). Lisboa: Teorema, pp. 97-111.
- [11] LE GOFF, Jacques (1999). *Reflexões sobre a História*. Lisboa: Edições 70.
- [12] MORIN, Edgar (1994). *Ciência com consciência*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

³²Disponível em <http://www.ratical.org/ratville/CAH/RRIraqWar.html>.

- [13] MORIN, Edgar (1996). *O problema epistemológico da complexidade* (2.^a ed.). Mem Martins: Publicações Europa-América.
- [14] REIS, António (1993). O jornalista e o historiador: Aproximações e diferenças. *Penélope*, **12**, pp. 135-42.
- [15] RODRIGUES, Ana Maria (2002). Deambulando pela história d'O Século. In AAVV, *Pelos Séculos d'O Século*, Lisboa: Torre do Tombo, pp. 27-38.
- [16] SANTOS, Boaventura de Sousa (1999). *Um discurso sobre as ciências* (11.^a ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- [17] SOUSA, Fernando de (s.d.). *Imprensa e História*. Documento policopiado.

Trabalho realizado no âmbito do seminário «A Comunicação Social na História e a História na Comunicação Social»

Departamento de História da FCSH da Univ. Nova de Lisboa

Carlos Alberto F. Fernandes Gomes